



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Retrospectiva e perspectivas para o Nordeste brasileiro.

Autores:

Simone da Silva Costa - UFRN - simoneufrnap37@gmail.com
- UFRN - simoneufrnap37@gmail.com

Resumo:

Este estudo objetiva refletir sobre os impactos das políticas públicas no desenvolvimento do Nordeste brasileiro e que foram responsáveis pela transformação de suas estruturas produtivas ao longo do século XX, bem como compreender como as políticas atuais podem contribuir para alavancar uma nova etapa de prosperidade. Durante o período de 1970 a 1985, a região se modernizou, apresentando um aumento do seu produto interno, com destaque para os serviços e para a indústria. Contudo, nos anos de 1990, as políticas de desenvolvimento nacional e regional foram preteridas às políticas ortodoxas de estabilização da economia, fazendo emergir políticas públicas baseadas em estratégias fragmentadas que apenas tem aprofundado o subdesenvolvimento nordestino. De fato, apesar dos esforços teóricos e políticos para industrializar o Nordeste e da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no ano de 2003, a região ainda se depara com velhos problemas e novos desafios, tais como: minimizar os efeitos das secas, promover uma desconcentração industrial, já que os investimentos industriais encontram-se concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e do Ceará; bem como combater a guerra fiscal, que tem deteriorados as finanças dos estados mais pobres do Nordeste. Trata-se de um estudo bibliográfico baseado em dados secundários.



POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

Retrospectiva, perspectivas e desafios para o
Nordeste brasileiro.

RESUMO

Este estudo objetiva refletir sobre os impactos das políticas públicas no desenvolvimento do Nordeste brasileiro e que foram responsáveis pela transformação de suas estruturas produtivas ao longo do século XX, bem como compreender como as políticas atuais podem contribuir para alavancar uma nova etapa de prosperidade. Durante o período de 1970 a 1985, a região se modernizou, apresentando um aumento do seu produto interno, com destaque para os serviços e para a indústria. Contudo, nos anos de 1990, as políticas de desenvolvimento nacional e regional foram preteridas às políticas ortodoxas de estabilização da economia, fazendo emergir políticas públicas baseadas em estratégias fragmentadas que apenas tem aprofundado o subdesenvolvimento nordestino. De fato, apesar dos esforços teóricos e políticos para industrializar o Nordeste e da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no ano de 2003, a região ainda se depara com velhos problemas e novos desafios, tais como: minimizar os efeitos das secas, promover uma desconcentração industrial, já que os investimentos industriais encontram-se concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e do Ceará; bem como combater a guerra fiscal, que tem deteriorado as finanças dos estados mais pobres do Nordeste. Trata-se de um estudo bibliográfico baseado em dados secundários.

Palavras-chave: Políticas Públicas. SUDENE. PNDR. Brasil. Nordeste.

ABSTRACT:

This study aims to reflect on the impacts of public policies on the development of the Brazilian Northeast and that were responsible for the transformation of its productive structures throughout the twentieth century, as well as understanding how current policies can contribute to leverage a new stage of prosperity. During the period from 1970 to 1985, the region has been modernizing, with an increase in its domestic product, especially services and industry. However, in the 1990s, national and regional development policies were deferred to orthodox policies to stabilize the economy, leading to the emergence of public policies based on fragmented strategies that have only deepened the underdevelopment of the Northeast. In fact, despite the theoretical and political efforts to industrialize the Northeast and the formulation of the National Policy for Regional Development (PNDR) in 2003, the region still faces old problems and new challenges, such as: minimizing the effects



of promote industrial deconcentration, since industrial investments are concentrated in the states of Bahia, Pernambuco and Ceará; as well as combat the fiscal war, which has deteriorated the finances of the poorer states of the Northeast. This is a bibliographic study based on secondary data.

Keywords: Public policy. SUDENE. PNDR. Brazil. Northeast.

I - INTRODUÇÃO

Na década de 1950, o tema do desenvolvimento regional passou a ser debatido pelo governo federal. Ao comparar o Nordeste com a região mais dinâmica do país, isto é, com o Sudeste, Celso Furtado observou que o problema das secas aliado a escassez de capitais produtivos industriais, impediam qualquer tentativa de superar as desigualdades regionais no país. Assim, inevitavelmente, a economia nordestina padecia com a dependência externa, tanto inter-regional quanto internacional. Segundo Guimarães Neto (1986), a concentração de indústrias na região Sudeste contribuía para a continuidade das condições do subdesenvolvimento nordestino.

Para Furtado (1992b, p.39), as teorias que procuram explicar o desenvolvimento econômico são “esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social”. Inversamente, a noção de subdesenvolvimento é resultado de situações na qual os “aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação no nível de vida médio da população” (FURTADO, 1992b, p. 39-40).

O governo de Juscelino Kubistchek, em 1956, implantou o Plano de Metas visando materializar a estratégia de substituição de importações proposta por Vargas, em seu primeiro mandato, bem como eliminar os pontos de estrangulamento na economia. Na visão do governo federal era imprescindível consolidar uma base industrial por meio do planejamento estatal a fim de alavancar o desenvolvimento econômico do país. Em outras palavras, a superação do atraso econômico brasileiro “não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político apoiado na mobilização de recursos sociais” (FURTADO, 1992a, p. 74-75).

Neste mesmo ano, as ações voltadas para o desenvolvimento regional ganharam impulso com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Após um amplo diagnóstico sobre o Nordeste, elaborou-se o documento denominado de “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”. A principal proposta do GTDN era industrializar a referida região implementando a indústria de base.

Em 1959, sob a direção de Celso Furtado, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através da Lei n.º 3.692, como fruto da proposta do GTDN. Esta instituição foi uma importante experiência de planejamento regional no país. No



entanto, para que as políticas implementadas tivessem êxito, era necessário lutar contra os interesses das velhas oligarquias agrárias que dominavam na região. Isto significava a construção de “um Estado reformista, desenvolvimentista e que atuasse articuladamente no Nordeste” (ARAÚJO, 2000, p. 158).

A SUDENE foi criada sob influência das teorias elaboradas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), cuja metodologia de pesquisa consistia no método histórico-dedutivo com bases no estruturalismo. O objetivo principal da comissão era “analisar a inserção internacional e os condicionantes internos (as estruturas) das economias nacionais, a partir de uma concepção que opõe economias centrais e periféricas” (Fusfeld, 2003, p. 291). A terminologia centro-periferia procura esclarecer os motivos que levam ao desenvolvimento desigual do capitalismo em escala global, dividindo o mundo em países desenvolvidos (centro; industrialização avançada) e subdesenvolvidos (periferia; primário-exportador).

Segundo Prebisch (1949), nos países centrais há uma maior compatibilidade entre a absorção da tecnologia tanto nas áreas agrícolas como no âmbito das manufaturas, tendo em vista suas respectivas mão-de-obra e demanda produtiva. Isto é, há uma ampla generalização da produtividade no processo de acumulação capitalista. Já na periferia, a tendência é que a produção seja baseada na agricultura para exportação, e que tanto a tecnologia quanto a mão-de-obra especializada sejam escassas. Enquanto no centro se dissemina a penetração das técnicas capitalistas de produção, na periferia a produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizativo.

Neste contexto, o principal atributo da periferia ou das regiões subdesenvolvidas consiste no desequilíbrio entre o progresso técnico e a produção local: “a CEPAL procurou demonstrar que a difusão internacional do progresso técnico e de seus benefícios teria ocorrido de modo diferenciado entre os países do centro (de industrialização avançada) e da periferia primário-exportadores)” (PELLEGRINO, 2005, p. 82).

Na periferia, o progresso técnico penetra unicamente onde se faz necessário para produzir alimentos e matérias-primas a custo baixo, com destino aos grandes centros industrializados. Ou seja, naquele período histórico, a periferia produzia e fornecia bens primários baratos para os países centrais que estavam lutando por sua industrialização. Posteriormente, estes países exportavam seus produtos industrializados, de maior valor agregado, para os países periféricos (PREBISCH, 1949, p. 139).

É importante ressaltar que o objetivo da industrialização estava ocorrendo desde a década de 1930, quando o Estado vinha tentando superar o modelo econômico baseado na produção e exportação de bens primários. Portanto, dando continuidade a este objetivo, a SUDENE tinha como uma de suas principais linhas de ação: a industrialização com vistas a transformação econômica do Nordeste. Na visão de Furtado e do GTDN, o problema regional nordestino não eram as constantes secas que assolavam seus municípios, por isso, a política regional hidráulica não era a solução ideal para modificar as estruturas enraizadas na formação histórica da região. Por outro lado, os investimentos industriais também não conseguiram abranger todos os estados nordestinos, mas ficaram concentrados na Bahia, em Pernambuco e no Ceará.



II – A CONSOLIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL E A SUDENE.

A concepção da SUDENE surgiu num período de grande insatisfação popular para com a política econômica e social até então predominante no país. A grave seca ocorrida no ano de 1958 e o fortalecimento das Ligas Camponesas colaboravam para o aumento da oposição ao Governo Central. O atraso econômico e os problemas sociais da região Nordeste, estavam fazendo emergir uma situação que ameaçava a “manutenção do padrão de integração do sistema político e social nacional” (COHN, 1976, p. 64).

Para Cohn (1976), o crescimento dos grupos descontentes estava promovendo grandes tensões sociais, pondo em risco a estabilidade política brasileira. Esta realidade levou as elites dirigentes do país a tentarem encontrar alternativas capazes de, pelo menos, suprir as reivindicações mínimas e controlar esses grupos de tensões. As Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, conscientizavam as massas populares quanto aos seus direitos, exigindo que o Nordeste tivesse tratamento semelhante ao que era dado às demais regiões. A insatisfação era justificada na medida em que o Centro-Sul apresentava um nível de renda bastante superior ao verificado na Região Nordeste. Naquele período, a renda *per capita* do Nordeste foi equivalente a somente 36,3% da renda do Centro-Sul (ver figura 1).

FIGURA 1 – RENDA DAS PRINCIPAIS REGIÕES DO PAÍS (1956)

(milhões de US\$)

REGIÃO	RENDA TOTAL	RENDA PER CAPITA
Norte	440,90	111,00
Nordeste	1.802,50	96,00
Centro-Sul	11.232,80	303,00
Brasil	13.476,20	224,00

Fonte: VERAS (1993, p. 135).

Os dados, por si só, já evidenciavam a necessidade de políticas públicas para a região. De acordo com o GTDN, a disparidade de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul era maior que a diferença de renda entre o Centro-Sul e a média dos países industrializados da Europa Ocidental. Este baixo nível da renda era consequência “da escassez relativa do fator terra e da menor acumulação de capital” (GTDN, 1959, p. 17).

Sendo assim, a criação da SUDENE tinha um duplo objetivo: promover a modernização econômica nordestina e promover a estabilidade política da região. Contudo, por contrariar interesses das forças políticas nordestinas que estavam no Congresso, o Projeto de Lei de sua criação ocorreu às custas de intensa batalha. A lei foi aprovada “contra a maioria das bancadas nordestinas, graças ao apoio dos deputados do Centro-Sul” (FURTADO, 1989, p. 80)

A política de Furtado consistiu na estruturação de um projeto baseado num sistema de incentivos capaz de tornar a região mais viável e atrativa para o processo de industrialização. Segundo ele, a criação de indústrias agiria no sentido de aumentar a produtividade, permitindo a formação de uma poupança própria capaz de substituir o capital estrangeiro e reduzir a dependência externa. Essa independência permitiria que o Nordeste fosse beneficiado com um crescimento interno autônomo.



Os incentivos fiscais e financeiros, inicialmente conhecidos com 34/18, previam a isenção e o reinvestimento do imposto de renda para capitalização de empresas instaladas no Nordeste; a isenção do imposto de importação de equipamentos (quando não similares aos de fabricação nacional) e a isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI). Em 1974, o sistema 34/18 foi transformado no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR).

Os recursos públicos destinavam-se ao setor manufatureiro, objetivando “primeiro, reorganizar as indústrias da região. Em seguida, modificar a estrutura do sistema industrial, com a instalação de indústrias de base, criando, assim, um sistema capaz de auto propagação” (GTDN, 1959, p. 57-58). Já os investimentos direcionados ao setor agrícola, tinham por finalidade promover a oferta adequada de alimentos para os centros urbanos que estavam se industrializando.

As políticas públicas adotadas pretendiam promover o deslocamento da fronteira agrícola, dando destaque para a região úmida e fértil do Maranhão, até então pouco explorada. Além disso, foram elaboradas ações de combate às secas (que assolaram a atividade agropecuária na década de 1950) por meio de obras de irrigação, como a construção de açudes. É importante destacar que a política implementada pela SUDENE na região Nordeste contribuiu decisivamente, na década de 1960, para o crescimento tanto do produto total quanto do produto industrial (GTDN, 1959).

Entre os anos de 1961 e 1963, a Superintendência elaborou quatro planos diretores, cujas obras tinham a finalidade de melhorar a infraestrutura de transportes e energia existentes. Procurou também utilizar de forma racional e eficiente os recursos hídricos e minerais; modernizar, reorganizar e reestruturar o parque agrícola existente; bem como incentivar o fortalecimento da indústria tradicional (têxtil) e a implantação de novas indústrias (sobretudo as de base – bens intermediários e bens de consumo). Entretanto, com o golpe militar de 1964, Furtado teve seus direitos políticos cassados e foi exilado do país. Como resultado, o planejamento antes realizado em instância regional passou a ser pensado e executado em escala nacional (CARVALHO, 2001).

Na década de 1970, a região Nordeste começou a receber indústrias pesadas, sob o controle dos industriais privados do Centro-Sul, assumindo assim um papel complementar no conjunto da indústria nacional. A despeito do que previa o GTDN, houve um avanço rápido das indústrias oligopolistas nacionais que defendiam os interesses extra regionais. Enquanto os capitais provenientes do Centro-Sul eram aplicados na indústria de bens de consumo duráveis e de capital, os investidores nordestinos aplicavam seus recursos nas indústrias de bens de consumo não duráveis, mais simples e tradicionais (GUIMARÃES NETO e GALINDO, 1992).

Apesar da dependência do núcleo hegemônico do país, ou seja, do Centro-Sul, o processo de industrialização do Nordeste promoveu um rompimento com a estagnação verificada na década de 1950. À exceção da fase do "Milagre Econômico", em todos os demais períodos a região ou acompanhou ou apresentou um dinamismo superior à média do País.



Na figura 2, pode-se observar que o Nordeste aumentou sua participação no PIB nacional no período 1970-85, acompanhado pelas regiões Norte e Centro-Oeste. Já a região Sul ficou relativamente estável e a região Sudeste teve uma involução na participação do PIB nacional, o que mostra um período de caráter descentralizador da economia brasileira.

Os dados revelam que as ações promovida pela SUDENE contribuíram para expandir o produto regional, com taxas de crescimento superiores às da economia nacional como um todo; promoveu mudanças na estrutura produtiva, com novos processos de trabalho; permitiu modificações na natureza da competição inter-regional, bem como proporcionou uma maior interdependência regional (Araújo; Souza; Lima; 1997). Somente a partir dos anos de 1980, com a interrupção das fontes de financiamento externo e a incapacidade de gerar fontes alternativas de financiamento, em virtude da crise econômica, é que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do Nordeste ficaram abaladas, mas não na mesma intensidade do que ocorreu com as regiões mais dinâmicas.

“A crise afetou mais fortemente o setor industrial e, dentro dele, os segmentos produtores de bens de capital e bens de consumo duráveis. Ora, tais segmentos não têm grande presença no tecido industrial do Nordeste. Assim, ao se especializar mais na produção de bens intermediários, destinando parte importante às exportações, e em bens de consumo leve, a indústria recentemente instalada no Nordeste resistiu melhor aos efeitos da desaceleração da economia brasileira” (ARAÚJO, 1997, p. 159).

FIGURA 2 – PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO PIB (1970/1985)

(%)

REGIÃO	PERÍODO			
	1970	1975	1980	1985
Norte	2,20	2,10	3,30	4,10
Nordeste	11,70	11,10	12,00	13,70
Sudeste	65,60	64,80	62,30	59,10
Sul	16,70	17,90	17,00	17,10
Centro-Sul	3,90	4,10	5,40	6,00

Fonte: CARVALHO (2001, P. 78)

III - DA SUDENE AO PLANEJAMENTO NACIONAL.

A partir dos anos de 1970, ocorreram sucessivas transformações na forma de execução dos planos econômicos voltados para o desenvolvimento da região Nordeste. O planejamento regional, antes comandado pela SUDENE, foi substituído pelo planejamento nacional, resultando na descentralização espacial das inversões produtivas.



Paralelamente a estas mudanças, o Estado neoliberal estava sendo implementado em várias partes do globo, com destaque para os Estados Unidos e a Inglaterra, a fim de que a economia mundial se tornasse interdependente. A partir dos anos de 1990, tanto as regiões centrais quanto as regiões periféricas abriram suas economias, desregulamentaram seus mercados e, por conseguinte, modificaram o papel do Estado-nação. Assim sendo, o Estado abandonou o planejamento voltado para reduzir os desequilíbrios regionais e passou a agir em benefício do capital (IANNI, 2002).

Neste cenário, com os recursos da SUDENE concentrados no governo federal, tanto a Superintendência quanto outros órgãos de atuação regional, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) passaram a ter papéis de meros auxiliares na política de desenvolvimento regional. O fortalecimento do planejamento centralizado na União “ocorreu com a fragmentação e a desarticulação do planejamento regional” (GUIMARÃES NETO, 2010, p. 352).

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (1972 a 1974) tinha por objetivo elevar o país a condição de “Brasil Potência”. Com pouca ênfase na distribuição de renda, o propósito do plano era apoiar o capital privado nacional, concedendo empréstimos e financiamentos via “BNDE, Banco do Brasil, recursos do PASEP e Caixa Econômica Federal” (Gremaud e Pires, 2010, p. 55). É importante ressaltar que os recursos mobilizados para o desenvolvimento regional nordestino à época do I PND, dentro do Esquema 34/18, montaram cerca de US\$ 300 milhões em média por ano. No mesmo período, os incentivos fiscais para a Região Norte somaram aproximadamente US\$ 100 milhões por ano (NABUCO, 2007).

Entre 1970 e 1974, o PIB nacional cresceu em média a uma taxa de 11,4% ao ano. A indústria, especificamente, apresentou uma taxa média anual de crescimento de 12,4% ao ano. Neste período, a região Nordeste foi contemplada com obras que procuravam modernizar a agricultura, bem como melhorar sua infraestrutura, tais como “a construção de sistemas rodoviários de interligação do Nordeste e da Amazônia e de corredores de transporte, inclusive para exportação” (Gremaud e Pires, 2010, p. 60). Nos anos de 1972 a 1974, foi implementado o Plano de Desenvolvimento do Nordeste:

“Este plano adotou como estratégia concentrar os recursos públicos em determinados espaços, nas áreas Integradas do Nordeste e nos Polos Industriais. Os territórios usados como referência para a política agrícola mencionam o tabuleiro costeiro, as serras úmidas, os vales úmidos, as áreas de culturas de xerófilas e as áreas de colonização no estado do Maranhão. O Plano Regional estabeleceu como prioridade o crescimento econômico, manifestando que, para reduzir o hiato econômico com o resto do País, deveria o Nordeste crescer a 10% ao ano, meta que o próprio Plano acha de difícil consecução” (SENERA, 2009, p. 57).

A dificuldade em se atingir essa meta dizia respeito a crise mundial deflagrada no ano de 1973. Apesar das dificuldades conjunturais, o governo de Ernesto Geisel implementou o II



PND em dezembro de 1974, com objetivos estratégicos de expandir a base do sistema industrial e elevar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho. O resultado deste plano foi a “subordinação dos objetivos de estabilização às metas de longo prazo” (ALMEIDA, 2009, p. 23).

“O Brasil ainda manteve, a despeito da estagflação na maior parte dos países da OCDE, altas taxas de crescimento do PIB, a partir de um pico de 14% em 1973 e de quase 10% em 1976, mas às custas de um desequilíbrio crescente nas transações correntes e de uma multiplicação por três da dívida externa líquida entre 1974 e 1979” (ALMEIDA, 2004, p. 23).

Segundo NABUCO apud SENRA (2009, p. 61), no período de vigência do II PND começaram a funcionar o Fundo de Investimentos do Nordeste –FINOR, Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM e Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset (Decreto-Lei 1.376, de 12.12.74). Enquanto o FINOR, substituto do sistema 34/18, alocou uma média de US\$ 260 milhões por ano de 1975 a 1980; o FINAM movimentou cerca de US\$ 100 milhões por ano, entre os anos de 1975 e 1980, uma média que se manteve constante nesse período.

Os resultados alcançados pelas políticas de desenvolvimento durante o I e o II PND foram diversificados quando analisados segundo as regiões do país. A política de incentivos fiscais e creditícios concedidos para a Região Norte acelerou a degradação ambiental e a concentração fundiária. Já a SUFRAMA, ao ampliar as atividades da Zona Franca de Manaus, teve uma melhor performance. O PROTERRA, por sua vez, fracassou na proposta de promover a colonização rural, conseguindo assentar apenas cerca de 6 mil famílias. Na Região Centro-Oeste, os programas de modernização agrícola, apoiados pelo crédito rural abundante, pelas baixas taxas de juros e pelo desenvolvimento tecnológico, obtiveram a produção de grandes safras, conseguindo promover o desenvolvimento econômico da região, com aumento da concentração fundiária (SENRA, 2009).

Em se tratando da região Nordeste, os programas de desenvolvimento agrícola não foram capazes de alcançar bons resultados socioeconômicos. Já os projetos industriais, contidos no II PND, foram responsáveis pela criação de alguns polos industriais, tais como: o Complexo Petroquímico de Camaçari (Bahia), o Complexo Cloro químico de Alagoas, o Complexo Industrial Portuário de Suape (Pernambuco), o Polo Siderúrgico do Maranhão, o Complexo Industrial de Base de Sergipe, o Complexo Agroindustrial do Médio São Francisco (Petrolina/Juazeiro), o Polo de Fruticultura Irrigada do Vale do Açu (Rio Grande do Norte) e polos turísticos. Além destes projetos, o plano elaborou medidas de reestruturação e de modernização das indústrias têxtil e calçadista nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte (SENRA, 2009).

Com efeito, O I e o II PND, ao realizar grandes projetos de infraestrutura econômica, bem como de complexos industriais, conseguiu ampliar a participação do Nordeste no PIB do país. As ações realizadas pelo planejamento nacional aprofundaram a inserção do Nordeste no cenário econômico nacional, conforme podemos verificar na figura 3. Os dados



apresentados revelam que os Estados de Pernambuco (20,5%), Bahia (35,2%) e Ceará (13,3%) foram os mais beneficiados com projetos industriais após a execução do II PND.

Outro resultado verificado no Nordeste, após a implementação dos grandes complexos de base, foi o aumento da participação do setor industrial na composição setorial do PIB nordestino e a perda relativa do setor agrícola (notadamente no período 1975/1980). Já o setor de serviços continuou a ser predominante, aumentando sua participação no período em questão (ver figura 4).

FIGURA 3 – NORDESTE: PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO PIB (1970/1985)

(%)

<i>ESTADOS</i>	<i>1975</i>	<i>1980</i>	<i>1985</i>
Maranhão	6,10	6,80	6,50
Piauí	3,30	3,50	3,70
Ceará	11,50	13,30	13,80
Rio Grande do Norte	4,90	5,50	5,40
Paraíba	6,20	5,50	5,60
Pernambuco	22,10	20,50	17,70
Alagoas	5,70	5,50	6,50
Sergipe	3,80	4,20	5,10
Bahia	36,40	35,20	35,70
<i>Nordeste</i>	<i>100,00</i>	<i>100,00</i>	<i>100,00</i>

Fonte: SUDENE/DPG/PSE/Grupo de Contas Regionais e FIBGE apud CARVALHO, 2001, p. 79.

FIGURA 4 – NORDESTE: COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (1970/1985)

(%)

<i>ANO</i>	<i>PRIMÁRIO</i>	<i>SECUNDÁRIO</i>	<i>TERCIÁRIO</i>
1975	23,90	27,60	48,50
1980	17,20	29,30	53,40
1981	16,70	27,70	55,60
1982	14,30	29,10	56,60
1983	13,20	32,30	54,50
1984	16,30	31,60	52,10
1985	16,20	30,10	53,70

Fonte: (SUDENE apud COSTA FILHO, 2001, p. 10).

A partir dos anos de 1980, com o acirramento da crise interna e externa, modificou-se a forma da maneira como o Estado vinha articulando seus planos nacionais de desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento nacional e regional foram preteridas às políticas ortodoxas de estabilização da economia. O receituário neoliberal comandado por instituições como as Agências Multilaterais, o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, contribuíram para redução no ritmo de crescimento econômico, o que causou grande impacto, particularmente nas Regiões Sudeste e Sul do País. O impacto destas políticas foi o acirramento da crise econômica nacional e regional, bem como o retrocesso nas políticas de desenvolvimento regional.



IV – CRISE ECONÔMICA E RETROCESSO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

A partir da década de 1980, inicia-se um longo período de crise econômica com graves repercussões para as políticas de desenvolvimento regional e, especialmente aquelas voltadas para dinamizar as regiões menos dinâmicas, caso do Nordeste. A Constituição Federal de 1988, estabeleceu como um dos seus objetivos fundamentais promover a redução das desigualdades sociais e regionais. Para atingir estes propósitos, a Carta Magna criou os Fundos Constitucionais de Financiamento: o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Estes fundos foram regulamentados pela Lei, nº 7.827, de 27.09.1989.

Apesar da iniciativa, a criação destes fundos não tem sido suficiente para assegurar o desenvolvimento das regiões menos dinâmicas na proporção de suas necessidades, pois com o agravamento do cenário interno, na década de 1980, o governo passou a exercer uma política fiscal e monetária amplamente restritiva, no intuito de evitar que as contas fiscais e externas continuassem a se deteriorar. Adicionado a este fato, a fragilidade do setor produtivo nacional se agravou após a abertura da economia brasileira no início dos anos de 1990.

A exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI) para que os países em desenvolvimento, caso do Brasil, adotassem políticas ortodoxas segundo o Consenso de Washington inibia ainda mais a formulação de políticas regionais equitativas já que os gastos públicos produtivos foram cortados. Contrariamente, o patrimônio público foi privatizado na retórica de que isto diminuiria a dívida externa. Certamente que as políticas do governo federal relacionadas à promoção do desenvolvimento, após a abertura econômica, não foram positivas para o desenvolvimento das regiões mais pobres, devido a revogação de parte das isenções e dos benefícios fiscais.

“A abertura comercial vivida no início dos anos 1990 também provocou uma grave crise na Zona Franca de Manaus, cujos incentivos se apoiavam fortemente no Imposto de Importação. (...). O Plano Collor também promoveu a revogação das isenções/reduções de benefícios fiscais, inclusive no âmbito da SUDENE e da SUDAM, bem como suspendeu temporariamente os benefícios fiscais relacionados ao FINOR, FINAM e ao Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo. Isso significou a paralisação de



processos de implantação de novos projetos industriais na região” (SENRA, 2009, p. 75).

De acordo com (LEONCIO, 2008, p. 40, 41), durante o período desenvolvimentista, o BNDES destinava a maior parte de seus recursos para financiar os planos de desenvolvimento. Após 1990, “passou a apoiar decisivamente, e em várias dimensões, o processo de privatização de empresas públicas e a reestruturação da economia no seu novo ambiente de liberalização comercial e financeira”. isto é, o banco passou a financiar o setor privado e não apenas o desenvolvimento regional. Entre as empresas privatizadas, durante os anos de 1990 a 1994, podemos citar aquelas que pertenciam aos ramos siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, gerando uma receita de US\$ 8,6 bilhões (BNDES, 2002).

Neste contexto, o desenvolvimento regional sob o comando do governo federal foi paulatinamente sendo substituído por ações dos governos estaduais. Os incentivos fiscais destinados a região Nordeste passaram a ser vistos, pelos gestores públicos federais, como privilégios para as empresas. De acordo com o pensamento da época, as políticas públicas formuladas para esta região deveriam se focalizar no setor de Turismo e Fruticultura irrigada. Com relação ao turismo, o governo Collor, implementou o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

O fato é que, o abandono das políticas nacionais voltadas para a industrialização nordestina e a emergência do processo de descentralização política, em favor de estados e municípios, os estados assumiram o papel de promotor do desenvolvimento e passaram a adotar incentivos fiscais, via redução do ICMS, para atrair investimentos. Este processo deflagrou uma luta por atrair os melhores capitais privados e ficou conhecido na literatura como Guerra Fiscal. Esta guerra apenas gera maiores vantagens aos Estados mais ricos, pois estes podem renunciar a parte de suas receitas sem comprometer as finanças públicas estaduais. Este conflito se acirrou após a abertura econômica já que a mesma proporcionou um fluxo crescente de capitais internacionais em busca de oportunidades de investimento no país” (DULCI, 2002, p. 97).

Com a emergência do Estado neoliberal e do processo de internacionalização do capital, portanto, ocorreu um retrocesso na tentativa de reduzir as desigualdades regionais via políticas públicas. Com a fragilização das políticas de desenvolvimento regional, a existência dos órgãos federais que as concretiza perdeu o sentido. Logo, em 2001, o governo federal extinguiu a SUDENE e a SUDAM, as quais perderam o seu papel de inserir as regiões Nordeste e Amazônica na dinâmica Nacional. “A MP nº 2.146-1 que extinguiu a SUDENE também extinguiu o FINOR e criou o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), como fonte de financiamento de políticas de desenvolvimento regional, não mais lastreado no IR-PJ, mas em dotação orçamentária e nos fundos constitucionais” (SENRA, 2009, p. 125)

Com a extinção da SUDENE, as estratégias de desenvolvimento regional ficaram sob a responsabilidade do BNB. Este banco passou a financiar, orientar, articular e fomentar o



crescimento do Nordeste, desenvolvendo vários programas e criando linhas de créditos específicas a fim de auxiliar os micro e pequenos empreendedores. Com a extinção das superintendências, o governo federal passou a construir um novo arranjo institucional para promover o desenvolvimento de suas regiões.

As políticas de caráter regional deixaram de ser formuladas de modo centralizado e orgânico nos ministérios, mas passaram a ser distribuídas em diversas agências. Os instrumentos voltados para promover este desenvolvimento também ficaram dispersos em vários ministérios, tais como: Ministérios do Desenvolvimento, Meio Ambiente, Planejamento, Fazenda e Educação. As políticas centralizadas foram substituídas por programas focalizados, como o Programa Comunidade Solidária. Além disso, as políticas sociais também passaram a ganhar importância como “componente distributivo de caráter regional” (SENRA, 2009, p. 84).

“Nesse contexto, na prática, o Ministério da Integração é responsável apenas por ínfima parcela dos investimentos dirigidos para o desenvolvimento regional, principalmente por ações para as áreas de Defesa Civil e irrigação. O escopo geral das instituições federais de desenvolvimento regional é complementado com a extinção de SUDAM e SUDENE e do sistema de fundos fiscais, sendo substituídos pelas Agências de desenvolvimento, voltadas para promover a competitividade do setor produtivo, e os Fundos de Desenvolvimento, que não chegaram a ser operacionalizados, contribuindo para a política fiscal do Governo” (SENRA, 2009, p. 84).

Para substituir a SUDENE e a SUDAM, o governo brasileiro criou, respectivamente, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e a Agência de Desenvolvimento da Amazonia (ADA). No entanto, a ADENE e a ADA foram criadas com status de agência reguladoras, as quais estavam estritamente relacionadas com o processo de privatização e de Reforma do Estado iniciado na década de 1980. As agências reguladoras visavam apaziguar os conflitos entre os consumidores e os empresários, emergindo num período em que o Estado deixa de fornecer serviços, considerados anteriormente como essencialmente estatais, transferindo tal função ao setor privado.

Com o fim das superintendências, a emergência de programas focalizados e o acirramento da “guerra fiscal”, verificou-se um total abandono para com a formulação de políticas de desenvolvimento regional no país. De fato, a cooperação entre as regiões cedeu espaço para a lógica competitiva onde cada governo lutava por atrair investimentos privados por meio dos incentivos fiscais. A concessão de renúncias fiscais prejudica os estados mais pobres, pois não podem abdicar das receitas públicas que são utilizadas para investir em serviços públicos e infraestrutura urbana.



V – O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO GOVERNO LULA.

O governo Lula (2003-2010) se propõe a realizar uma gestão compromissada com a justiça social e com o enfrentamento das desigualdades individuais, sociais e regionais historicamente presentes no país. No que diz respeito a questão regional, no ano de 2003, foi criado no âmbito do Ministério da Integração, o Programa Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que deveria ser financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). O fundo, proveniente da arrecadação de tributos federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados, o Imposto sobre Operações com Bens e Prestação de Serviços e o Imposto de Renda, deveria ampliar os financiamentos voltados para o setor produtivo, bem como para as atividades de pesquisa e desenvolvimento a fim de fortalecer a base tecnológica nacional e a criar uma infraestrutura adequada para que as regiões menos dinâmicas se tornassem mais competitivas (GUMIERO, 2013).

Com a ausência de uma política nacional voltada para promover o desenvolvimento regional num cenário de intensa competitividade global, a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tornava-se necessária. As políticas públicas em execução consistiam em estratégias fragmentadas de desenvolvimento. Difundia-se a ideia de que "o local pode tudo" e que os investimentos produtivos seriam atraídos para as regiões que revelassem melhores e maiores vantagens comparativas de competitividade e eficiência. Como resultado, haveria um aumento na geração de emprego e renda, ou seja, na qualidade de vida. Contudo, tais estratégias não têm sido suficientes para promover o desenvolvimento nordestino, mas acirrado a luta dos lugares.

Essa luta dos lugares para realizar a melhor "venda da região ou da cidade", com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o "clima local dos negócios", subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos, tem conduzido a um preocupante comprometimento a longo prazo das finanças locais e embotado o debate das verdadeiras questões estruturais do desenvolvimento (BRANDÃO, 2003, p. 10).

Para Brandão (2003, p. 17), a ideia de que o local é capaz de "coordenar ações cooperativas e reflexões coletivas, fundadas nas relações de reciprocidade entre os membros da comunidade local", não se sustenta. Ao contrário, os problemas regionais vêm se multiplicando, colocando limites tanto na integração dos mercados como na solução dos problemas referentes a pobreza e a segregação regional e urbana. Assim, a articulação direta dos espaços dinâmicos e competitivos com o mundo global, vem enfraquecendo os laços de solidariedade com o restante do território nacional, com prejuízo para as receitas públicas dos estados mais pobres da federação.



A nova realidade global exige, portanto, a criação de uma política nacional de desenvolvimento regional que atue no sentido de evitar a desintegração nacional, por meio da inserção de recursos públicos nas áreas prioritárias para o crescimento das regiões, tais como: infraestrutura e capacidade produtiva. Neste sentido, a partir de 2003, o BNDES passou a conceder mais empréstimos visando alavancar o setor produtivo nacional (ver figura 5).

FIGURA 5 – DESEMBOLSOS TOTAIS DO BNDES – 2003/2010
(milhões de US\$)

<i>ANO</i>	<i>QUANTIDADE DESEMBOLSADA</i>
2003	51,40
2004	54,20
2005	59,50
2006	62,30
2007	73,00
2008	96,60
2009	137,40
2010	168,40

Fonte: www.bndes.gov.br. Elaborada pelo autor.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tão necessária ao crescimento equitativo com distribuição regional da renda surgiu no ano de 2003, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e ativar as potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. Apesar de sua importância, a política encontrou muitas barreiras para a sua execução. Em 2007, a SUDENE e a SUDAM voltaram a atuar, mas não possuíam mecanismos de ação eficientes para formular e executar os planos regionais de desenvolvimento, pois a recriação das instituições não estava mais baseada no “mecanismo de incentivos fiscais. As novas superintendências deveriam promover a intervenção territorial, “tendo como objetivos a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de competitividade da economia regional” (COSTA, 2016, p. 147).

Apesar da formulação da PNDR e do retorno da SUDENE, as ações realizadas têm sido suficientes para inibir a concentração e a centralização produtiva, a qual ainda se apresenta bastante elevada. Conforme mostra a figura 6, no período de 2003 a 2010, como resultado das políticas públicas adotadas pelo governo Lula, a participação do Nordeste na formação do PIB não sofreu grandes transformações. Em 2003, a participação do PIB nordestino no PIB nacional era de apenas 12,8%. No ano de 2010, este indicador subiu para 13,5%

Em se tratando da indústria, houve uma retração na participação da região Sul e da região Sudeste na atividade manufatureira do país. O Sudeste passou de 55,8% em 2003 para 58% em 2010. O Sul, por sua vez, apresentou uma queda de 18,9% para 17,7% no mesmo período. Já a região Nordeste, apresentou um aumento na produção industrial de apenas 0,4%, passando de 11,6% no ano de 2003, para 12% no ano de 2010. A região Norte apresentou um aumento de 0,5%, passando de 4,8% em 2003 para 5,3% em 2010. O Centro-



Oeste também apresentou um baixo crescimento industrial, passou de 4,7% para 5,6%, no mesmo período (ver figura 7).

FIGURA 6 - BRASIL: PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO PIB (1995/2010)

(%)

Unidades da Federação	1995	1998	1999	2002	2003	2006	2007	2010
Norte	4,20	4,20	4,20	4,70	4,80	5,10	5,00	5,30
Nordeste	12,00	12,40	12,40	13,00	12,80	13,10	13,10	13,50
Maranhão	0,90	1,00	1,00	1,00	1,10	1,20	1,20	1,20
Piauí	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,60
Ceará	1,90	2,00	1,90	2,00	1,90	2,00	1,90	2,10
Rio Grande do Norte	0,70	0,70	0,80	0,80	0,80	0,90	0,90	0,90
Paraíba	0,70	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80
Pernambuco	2,30	2,40	2,30	2,40	2,30	2,30	2,30	2,50
Alagoas	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70	0,70
Sergipe	0,50	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
Bahia	3,70	3,90	3,90	4,10	4,00	4,10	4,10	4,10
Sudeste	59,10	58,20	58,20	56,70	55,80	56,80	56,40	55,40
Sul	16,20	16,20	16,40	16,90	17,70	16,30	16,60	16,50
Centro-Oeste	8,40	9,00	8,80	8,80	9,00	8,70	8,90	9,30

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2010 apud BNB, 2013, p. 8.

FIGURA 7 - PARTICIPAÇÃO REGIONAL E ESTADUAL (NORDESTE) NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NACIONAL (1995/2010)

(%)

Unidades da Federação	1995	1998	1999	2002	2003	2006	2007	2010
Norte	4,40	4,20	4,00	5,20	5,20	5,70	5,50	6,70
Nordeste	10,00	11,40	11,50	12,00	11,60	11,70	11,60	12,00
Maranhão	0,50	0,70	0,70	0,70	0,80	0,90	0,80	0,70
Piauí	0,20	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,40
Ceará	1,60	1,90	1,90	1,70	1,50	1,60	1,60	1,80
Rio Grande do Norte	0,50	0,60	0,70	0,80	0,70	0,80	0,80	0,70
Paraíba	0,50	0,60	0,60	0,80	0,70	0,70	0,70	0,70
Pernambuco	2,00	2,00	2,00	1,90	1,90	1,80	1,80	2,00
Alagoas	0,50	0,60	0,60	0,70	0,70	0,60	0,60	0,50
Sergipe	0,50	0,60	0,60	0,80	0,80	0,70	0,70	0,70
Bahia	3,50	4,00	4,20	4,40	4,20	4,30	4,20	4,50
Sudeste	63,30	62,50	61,80	59,30	59,60	60,50	60,20	58,00
Sul	18,40	17,70	18,40	18,70	18,90	17,30	17,70	17,70
Centro-Oeste	3,80	4,30	4,20	4,70	4,70	4,80	5,00	5,60

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2010 apud (BNB, 2013, p. 83).



Na atualidade, apesar das políticas públicas implementadas, ao longo do século XX, visando dos esforços da industrialização, as regiões brasileiras ainda apresentam várias características de uma região subdesenvolvida e periférica, tais como: fragilidade no balanço de pagamentos, elevada tributação regressiva, dificuldades de financiamentos para os investimentos produtivos de longo prazo. Além disso, a fraca intervenção do Estado na economia e a implementação das políticas neoliberais não tem contribuído para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento (BRANDÃO, 2003).

Enfim, os problemas regionais vêm tornando-se cada vez mais complexos à medida que o governo brasileiro adota políticas econômicas de cunho ortodoxo, como a valorização cambial, os juros elevados e retração do gasto público. Os ramos industriais, de maior valor agregado, têm se voltado para o Centro – Sul, em detrimento do Nordeste, já que existem naquelas regiões uma infraestrutura mais eficiente, mão de obra mais qualificada e uma maior proximidade com os principais mercados consumidores.

Por outro lado, a institucionalização da PNDR, no ano de 2007, não foi eficiente para reduzir as desigualdades regionais, devido à falta de recursos para viabilizar suas metas e objetivos. Sem a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), tanto o Ministério da Integração quando as Superintendências ficaram dependentes dos fundos constitucionais e dos benefícios e incentivos fiscais já existentes. Em outras palavras, sem recursos próprios, a PNDR não tem como promover ações visando potencializar o setor produtivo de cada região ou mesmo evitar a formação de áreas de prosperidade, por meio da Integração do local ao nacional e não apenas do local ao global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado procurou mostrar a importância que o planejamento regional foi para o desenvolvimento da economia nordestina desde a criação da SUDENE até a implementação da PNDR. O tema se justifica na medida em que, com a mudança das funções do Estado, na década de 1990, prevalecem a guerra entre os lugares com iniciativas de cada localidade para atrair investimentos privados e/ou recursos federais.

Foi verificado que, a partir dos anos de 1960, a adoção de políticas regionais efetivas, contribuíram para transformar a estrutura produtiva na região Nordeste, ainda que os investimentos industriais foram bastante concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e do Ceará. O planejamento econômico, embasado nos pressupostos teóricos da CEPAL, foi decisivo para que o Nordeste se industrializasse. Após a segunda metade da década de 1950 e o final da década de 1960, houve um crescimento do produto interno bruto e da renda per capita nordestina, mas ainda precisa melhorar bastante a fim de reduzir as elevadas desigualdades sociais presentes.

A política regional implementada pela SUDENE, de reorganizar e diversificar o setor industrial, foi alcançado de tal forma que houve um aumento na participação da produção



industrial no total da produção regional, inclusive, superando a participação da produção do setor primário, no ano de 1970. Mas, com a centralização das políticas públicas centralizadas no governo federal após este período, o planejamento regional elaborado e executado pelas superintendências SUDENE e SUDAM, começaram a ter um menor impacto na transformação produtiva, em virtude da escassez de recursos para financiar seus projetos e investimentos.

Assim, entre 1970 e 1985, as mudanças econômicas experimentadas pela região nordestina foram resultados das políticas centralizadas na esfera federal, especificamente, pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, que atuaram no intuito de promover a desconcentração nacional das inversões e a integração produtiva da região, articulando-a com o restante do país. Pode-se perceber que, a partir de então, verificou-se uma maior heterogeneidade produtiva no nordeste do país, dando continuidade ao crescimento da década anterior. Além disso, a economia nordestina apresentou uma maior dinâmica econômica em virtude dos polos de crescimento que estavam baseados na implantação de ramos da indústria de bens intermediários.

Tanto as políticas regionais quanto os planos de desenvolvimentos foram indispensáveis para a economia nordestina, a qual passou a apresentar uma nova configuração industrial dado o crescimento da parcela do setor líder, ou seja, o setor de bens intermediários. Esta performance foi seguida pelo setor de bens de consumo não duráveis. Entretanto, este bom desempenho foi interrompido com a crise dos anos de 1980 e a adoção de políticas neoliberais na década de 1990, quando houve mudança na forma de atuação do Estado Nacional.

Logo, com o fim do planejamento a nível nacional e regional, começaram a emergir planos setoriais com impactos negativos para a indústria nordestina. Adicionado a este fato, a extinção das superintendências, no ano de 2001, e o acirramento da “guerra fiscal”, reduziu a cooperação entre as regiões, permitindo o acirramento da lógica competitiva, onde cada governo lutava e ainda luta para atrair investimentos privados por meio dos incentivos fiscais.

Para minimizar a guerra fiscal e as estratégias fragmentadas de desenvolvimento regional, o governo federal instituiu a PNDR, mas sem o êxito necessário para que o Nordeste supere o seu desenvolvimento, por falta de recursos públicos que financiem seus projetos. O maior desafio, na presente década, é minimizar a luta entre os lugares, pois, no longo prazo, tais práticas colaboram para a erosão das finanças locais e mascaram o debate das verdadeiras questões estruturais do desenvolvimento regional.

Concluindo, é necessário que o país retome as questões voltadas para o fortalecimento da indústria nacional e regional, dê continuidade as políticas sociais que contribuíram para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, afim de construir políticas públicas voltadas para dinamizar o crescimento econômico, mas principalmente voltadas para a redução das desigualdades regionais e sociais, conforme preconizado pela Carta Magna de 1988.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tânia Bacelar. O Nordeste brasileiro face à globalização: impactos iniciais, vantagens e desvantagens competitivas. In: *Seminário Inserção na Economia Global: uma reapreciação*. São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung, p. 157-188, 1997.
- _____. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Revan: Fase: Rio de Janeiro, 2000.
- ARAÚJO, Tarcísio Patrício; LIMA, Roberto Alves de; SOUZA, Aldemir do Vale. Nordeste: economia e mercado de trabalho. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 11, n. 29, p. 55-77, 1997.
- ALMEIDA, Paulo Roberto; A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. *Universidade de Bruxelas*. Bruxelas, 2004. Disponível em: https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Paulo_Roberto_Almeida.pdf. Acesso: 16/11/2018.
- BNDES. *Privatização no Brasil 1990-2002*. Rio de Janeiro, 2002.
- CARVALHO, Fernanda Ferrário de. Da esperança à crise – a experiência das políticas regionais no Nordeste. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil. *A Região Nordeste nas contas regionais do Brasil: 1995-2010*. Fortaleza, 2013.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. *Tese de Livre Docência*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento (o processo de criação da SUDENE)*. São Paulo: editora perspectiva, 1976.
- COSTA FILHO, Samuel. *A Necessidade de uma Nova Política Desenvolvimentista*. Fortaleza: UFC/CAEN, 2001.
- DULCI, Otávio Soares. Guerra Fiscal, Desenvolvimento Desigual e Relações Federativas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. n. 18, p. 95-107, 2002.
- FURTADO, Celso. *A Fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.
- _____. *O subdesenvolvimento revisitado*. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, 1992b, p. 5-19.
- FUSFELD, Daniel Roland. *A Era do Economista*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002.

- GREMAUD, Amaury Patrick e PIRES, Júlio Manuel. Metas e Bases e I Plano Nacional de Desenvolvimento (1970-1974). In: KON, Anita. *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GTDN – *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Recife, 1959.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Nordeste: da articulação comercial à integração econômica. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- _____. O planejamento regional no Nordeste: notas para uma avaliação. In: KON, Anita. *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 341-386.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo; GALINDO, Osmil. Quem controla o que na indústria incentivada do Nordeste. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Ano VI, n. 1, dez, 1992.
- GUMIERO, Rafael. O Nordeste em dois tempos: a “Operação Nordeste” e a Política de Desenvolvimento Regional no governo Lula. *CEPAL – Coleção Documentos de Projeto*. Santiago: Chile, 2013.
- LEONCIO, Lourenço. As transformações do BNDES diante do contexto atual da economia brasileira. *Monografia em Ciências Econômicas*. Florianópolis: – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- NABUCO, Maria Regina. A (des) institucionalização das políticas regionais. In *Espaço, tempo e crítica*, v. 1, n 2(6), v. 1. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2007.
- PELLEGRINO, Anderson César Gomes Teixeira. *Nas Sombras do Subdesenvolvimento: Subdesenvolvimento e Problemática Regional em Celso Furtado*. Campinas: Alínea, 2005, p. 79-136.
- PREBISCH, Raul. Estudo Econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 137-178.
- RODRÍGUEZ, Octavio. *Teoria do desenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- SENRA, Kelson Vieira. Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil: uma análise comparada dos Períodos Pós-Guerra (1945-1964), Pós-Golpe Militar (1964-1988) e Pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009). *Dissertação de Mestrado*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
- VERAS, Edmilson Correia. A SUDENE e o desenvolvimento agrícola do Nordeste. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1993.